

O Golfo em debate com Mohamed Benbouta

DUARTE CALVÃO*

A guerra do Golfo eclodiu há cerca de um ano. Nessa altura estive em Lisboa o professor Mohamed Benbouta, economista, cientista político, docente na Universidade de Argel e responsável do gabinete de Relações Internacionais e Políticas de Defesa no Instituto Nacional de Estudos de Estratégia Global argelino. Mohamed Benbouta participou num debate no IEEI em que intervieram também o seu presidente, embaixador José Calvet de Magalhães, o analista de política internacional João Soares, o director do IEEI, Álvaro Vasconcelos, e diversos convidados.

Conflito norte-sul?

Benbouta enquadrou o conflito no Golfo no âmbito mais geral do fim da guerra fria ou «da passagem da ordem de Yalta para a ordem de Malta». Em sua opinião, trata-se do primeiro conflito norte-sul, após décadas de conflitos periféricos de fraca intensidade por influência da rivalidade bipolar vigente desde a Segunda Guerra Mundial.

«A guerra do Golfo vai determinar não só a geopolítica do Médio Oriente, mas também a nova configuração das relações internacionais», disse o cientista argelino, salientando que «a impressionante coligação formada contra o Iraque, sem precedentes na história da humanidade, visa uma nova ordem mundial, a qual foi favorecida pela desintegração relativa da URSS. De um sistema bipolar, o mundo, pelo menos provisoriamente, está a caminho de um sistema unipolar, com o papel de supergendarme consagrado aos Estados Unidos».

Álvaro Vasconcelos discordou desta análise considerando que não se trata de um conflito norte-sul, entre o ocidente e o mundo árabe, mas antes sul-sul, uma vez que o Iraque

* Jornalista.

ameaçava uma série de países da região que procuraram o concurso das potências ocidentais para fazer frente aos objetivos de Saddam Hussein. «A prova está em que países como a Argélia, que apoia o Iraque, e Portugal, que apoia a força multinacional, não estão numa situação de conflito, em pólos irremediavelmente opostos, mas sim de cooperação.»

«A guerra da Coreia e a guerra do Vietnã opuseram uma potência do norte a países do sul, sem que fossem classificadas como guerras norte-sul. Para que o conflito no Golfo não resvale para um eixo norte-sul, cabe aos políticos, aos militares, aos analistas, a todos, evitar que se derrape para uma guerra total não legitimada pela ONU». Mohamed Benbouda retorquiu que, se se trata de um conflito inter-árabe e não norte-sul, então deveria ser resolvido num quadro árabe, sem a presença de potências exteriores.

As razões da guerra

Segundo Benbouda, a violação da fronteira do Kuwait foi considerada intolerável - ao contrário do que aconteceu com a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a presença síria no Líbano, Timor-Leste, o Saara Ocidental, entre muitas outras por três ordens de razões.

Primeiro, por razões económicas, em que domina a questão do petróleo. Depois, por razões geoestratégicas e geopolíticas, que levam à procura constante da supremacia de Israel, como vigilante do Ocidente na região, que recusa todo o equilíbrio, toda a paridade estratégica com qualquer país do Médio Oriente. «Como os países da região são todos árabes e muçulmanos, Israel é um subgendarme protegido pelo supergendarme», considerou Benbouda.

Como terceira ordem de razões, o cientista argelino adiantou as que se prendem com a intenção dos países industrializados de dissuadir todos os países em vias de desenvolvimento de se dotarem de meios e instrumentos de poder que lhes permitam falar com autoridade no plano internacional, alterando as relações de força vigentes.

Mohamed Benbouda analisou por último as razões que levaram o Iraque a invadir o Kuwait, destacando a necessidade de acesso a águas profundas, uma vez que para exportar o seu petróleo está dependente dos oleodutos que atravessam dois países estreitamente relacionados com o Ocidente: a Turquia e a Arábia Saudita (aliás, antes mesmo de ser decretado o embargo pelo Conselho de Segurança da ONU, esses oleodutos foram encerrados). Saddam Hussein teria ainda sido levado a invadir o Kuwait devido às dívidas contraídas na guerra contra o Irão (apoiada pelos países ocidentais) e devido ao equilíbrio

interno do seu próprio regime (razões reveladas por Pierre Salinger no seu livro *Guerra no Golfo, Dossier Secreto*).

João Soares afirmou não estar de acordo com as razões apresentadas por Mohamed Benbouda para explicar os motivos do Iraque. «Compreendo os problemas iraquianos de falta de acesso ao mar e de dívidas de guerra, mas acredito que há também o sonho expansionista de Saddam Hussein. O Kuwait terá sido apenas a primeira etapa, a seguir viria a Arábia Saudita, o que tornaria o líder iraquiano numa espécie de rei do petróleo mundial e lhe daria uma popularidade ainda maior entre as massas árabes».

O embaixador José Calvet de Magalhães, por sua vez, referindo-se às diferentes reacções da comunidade internacional perante casos semelhantes ao kuwaitiano, frisou que o «sistema de funcionamento da ONU é imperfeito, mas é o sistema possível para resolver os problemas de forma pacífica». Para ele, não pode haver dois critérios na aplicação das resoluções da ONU, quer agradem ou não aos países membros. «Os países membros têm todo o direito de criticar uma decisão da ONU, mas não de denunciar o sistema, tal como eu posso não estar de acordo com uma decisão dos tribunais do meu país, mas não posso denunciar todo o sistema legal por causa disso. Isto tem que ser compreendido, se não gera-se uma grande confusão».

José Calvet de Magalhães lembrou ainda que «no caso do Iraque, devido a mecanismos próprios do Conselho de Segurança, houve uma resolução que autorizou o uso da força para obrigar à retirada do Kuwait. Nos outros casos (Cisjordânia, Timor, etc.), infelizmente talvez, essa mesma resolução não foi aprovada. Nós temos que respeitar isto, porque é o sistema legal que possuímos».

Álvaro Vasconcelos tornou a intervir para defender que, «se é verdade que Israel beneficiou com o enfraquecimento do Iraque, não se pode concluir daí que um dos objectivos principais da guerra foi fazer o que os israelitas pretendiam. Aliás, os Estados Unidos têm que tomar em consideração os pontos de vista dos Estados árabes da coligação». O conflito deu-se, sobretudo, para evitar a hegemonia do Iraque sobre a região e sobre a produção e as reservas petrolíferas. Ainda segundo o director do IEEI, um outro objectivo foi a questão das fronteiras. «A possibilidade de pôr em causa as fronteiras herdadas do período colonial é um problema não apenas do Golfo, mas também do Maghreb, onde, aliás, constitui um dos principais factores de instabilidade. Impedir o esfacelamento destas fronteiras, como foi feito no Kuwait, é um objectivo importante».

Sobre esta questão, Mohamed Benbouta salientou que a Argélia está «visceralmente ligada ao princípio da intangibilidade das fronteiras no espírito das Nações Unidas (em 1964, os argelinos foram os principais defensores na OUA do respeito pelas fronteiras herdadas do período colonial), tendo sido um dos primeiros países a condenar a invasão do Kuwait e a sua anexação. No entanto, parece-nos que as forças da coligação foram muito além do mandato conferido pela ONU e preocuparam-se mais em destruir o Iraque do que em libertar o Kuwait».

Mediterrâneo ocidental

O especialista argelino passou depois para a questão da segurança no Mediterrâneo, começando por referir as três «portas» deste mar fechado: «Primeiro, o Golfo, etc. Aqui, a posição central da Itália não pode ser subestimada, porque ela controla a separação entre as bacias oriental e ocidental, assim como o estreito da Sicília. Finalmente, há os estreitos do Bósforo e de Dardanelos, vitais para que a esquadra soviética tenha acesso ao Atlântico, ao Índico e ao próprio Mediterrâneo».

Benbouta observou também o facto de o Mediterrâneo oriental (local onde se concentra o maior número de vasos de guerra do planeta) estar mais «poluído» em termos bélicos do que a parte ocidental. Isto acontece devido a uma série de factores de instabilidade, entre os quais o conflito israelo-árabe (o mais estreito de Gibraltar, onde Portugal tem grande importância, devido ao triângulo Lisboa-Açores-Madeira que controla o respectivo acesso. Segundo, o canal do Suez, por causa do acesso ao Índico, ao importante de todos, segundo o cientista argelino) -, a delimitação das plataformas entre a Grécia e a Turquia no mar Egeu e os problemas de Chipre e do Líbano.

Segundo Benbouta, os países da bacia ocidental (Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Portugal, Espanha, França e Itália) não devem esperar que todos os problemas da bacia oriental sejam resolvidos em negociações globais para assegurar a cooperação entre eles. «Devemos primeiro fazê-lo só na bacia ocidental, para não introduzir elementos de perturbação, para depois ir alargando a todos os países do Mediterrâneo».

«Para que as negociações sejam frutíferas, é preciso estabelecer um calendário apropriado, tomando em consideração as relações económicas, os problemas de identidade, cultura e civilização e os problemas incontornáveis de segurança. Isto para conseguirmos alcançar um equivalente da CSCE, uma CSCM, instalando um centro que possa funcionar como um organismo de prevenção de conflitos na região», conclui Mohamed Benbouta.

José Calvet de Magalhães concordou com o destaque dado por Benbouda à questão palestiniana. «Enquanto durou a confrontação bipolar, era muito difícil tratar a questão palestiniana sem a interferência das duas superpotências, mas após a URSS ter mudado de atitude é possível fazer um esforço político para resolver o problema. Acredito mesmo que esta demora em tratá-lo foi uma das causas do conflito no Golfo».

João Soares, por seu turno, lembrou o problema da democratização dos países da região do Maghreb, sobretudo após o surgimento dos fundamentalistas na cena política. «No caso da Argélia, isso apresenta-se como uma grande surpresa e bastante negativa», afirmou.

Álvaro Vasconcelos encerrou o debate afirmando estar de acordo com a distinção feita por Benbouda entre o Maghreb e o Médio Oriente, entre o Mediterrâneo ocidental e oriental, como duas zonas estratégicas diferentes. «Embora exista um claro impacto do conflito do Golfo no Maghreb, este mostra também que pode haver cooperação entre os países europeus e os desta região. A proposta do ministro italiano dos Negócios Estrangeiros dissolveria a cooperação no Mediterrâneo ocidental num projecto bastante mais alargado e complexo englobando todos os países islâmicos, da Mauritânia ao Irão».